

Edição nº 84 – 3 a 7 de dezembro

DESTAQUES DA ÚLTIMA SEMANA**SENADO****COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR (CTFC) APROVA PROJETO DE LEI QUE VEDA A COMERCIALIZAÇÃO DE CIGARRO COM SABOR**

A Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) aprovou, na última quarta-feira, o PLS nº 769/2015, de relatoria do senador Cristovam Buarque (PPS-DF), que prevê a proibição da comercialização de "cigarros com sabor", ou seja, produtos fumígenos que contenham substâncias sintéticas e naturais, em qualquer forma de apresentação, com propriedades flavorizantes ou aromatizantes que possam conferir, intensificar, modificar ou realçar sabor ou aroma do produto. O projeto ainda prevê um padrão gráfico único a todas as embalagens de produtos fumígenos, bem como a vedação da veiculação de qualquer tipo de propaganda ou publicidade, ainda que no local de venda. Aprovado na CTFC, o PLS será encaminhado para a apreciação da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO (CDR) APROVA PROJETO QUE BENEFICIA INDÚSTRIAS DA ZONA FRANCA VERDE

A CDR aprovou, na última quarta-feira, o PLS nº 68/2016, que isenta as empresas instaladas na Zona Franca Verde do Imposto de Importação (II) dos insumos, máquinas e equipamentos indispensáveis à elaboração de produtos que utilizam insumos originários da Amazônia Ocidental e do Estado do Amapá. Com a aprovação, o projeto seguirá para a análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

CÂMARA DOS DEPUTADOS**COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA (CCTCI) APROVOU PROJETO QUE DETERMINA A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE PAGAMENTO DAS FATURAS DE SERVIÇO CONTINUADO**

Na última quarta-feira (28/11/2018), a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) da Câmara dos Deputados aprovou o PL nº 2.246/2015, que prevê que as empresas prestadoras

de serviço continuado ficarão obrigadas a prorrogar o prazo de pagamento das faturas por igual período da interrupção do serviço prestado ou conceder desconto proporcional aos seus consumidores. Com a aprovação, o projeto seguirá para a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP).

CCTCI APROVOU PROJETO QUE DETERMINA QUE OS RECURSOS ORIUNDOS DOS TACs FIRMADOS COM A ANATEL SERÃO USADOS PARA PROMOVER O ACESSO UNIVERSAL À INTERNET DE BANDA LARGA

Também na última quarta-feira, a CCTCI aprovou o PL nº 7.923/2017, que altera a Lei Geral de Telecomunicações (Lei nº 9.472/1997), para determinar que os projetos vinculados a compromissos assumidos pelas prestadoras de serviços de telecomunicações em decorrência de termos de ajustamento de conduta (TACs) celebrados com a ANATEL serão destinados à ampliação da capacidade, capilaridade ou cobertura das redes de banda larga em áreas de baixo desenvolvimento econômico e social. O projeto seguirá agora para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS (CDEICS) APROVA PROJETO DE LEI QUE VEDA A PARTICIPAÇÃO DIRETA OU INDIRETA DE EMPRESA OU DE CAPITAL ESTRANGEIRO NA ASSISTÊNCIA À SAÚDE

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS) aprovou, na última quarta-feira, o PL nº 1.721/2015, que altera a Lei nº 8.080/1990 para vedar a participação direta ou indireta de capital estrangeiro na assistência à saúde, como aquela desenvolvida pelos laboratórios de genética humana, produção e fornecimento de medicamentos e produtos para a saúde, laboratórios de análises clínicas, anatomia patológica e de diagnóstico por imagem. O projeto acrescenta ainda que, em qualquer caso de atuação estrangeira, é obrigatória a autorização do órgão de direção nacional do Sistema Único de Saúde (SUS), submetendo-se ao seu controle as atividades que forem desenvolvidas e os instrumentos que forem firmados. Com a aprovação, o projeto seguirá agora para a Comissão de Finanças e Tributação (CFT).

7 Dias no Poder é um informativo do Grupo de Relações Governamentais de TozziniFreire Advogados e visa relatar os principais itens em pauta nos Poderes Legislativo e Executivo Federais.

A pauta está sujeita a alterações.

Sócio responsável: **Claudio Timm** (ctimm@tozzinifreire.com.br)

www.tozzinifreire.com.br

CFT DA CÂMARA REJEITA PROJETO QUE LIMITA A DOIS ANOS O PRAZO DE ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE CONTRAPARTIDAS RELATIVAS AOS BENEFÍCIOS FISCAIS DO SETOR DE INFORMÁTICA

A Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados aprovou, na última quarta-feira (28), o parecer do deputado Izalci Lucas (PSDB-DF) contrário ao Projeto de Lei (PL) nº 1.803/2015, de autoria do deputado Carlos Bezerra (MDB-MT), que limita a dois anos o prazo de análise das demonstrações de cumprimento de contrapartidas relativas aos benefícios aplicáveis ao setor de informática. O deputado Izalci proferiu parecer pela inadequação e incompatibilidade financeira e orçamentária da proposta.

O dep. Carlos Bezerra justifica que a política de informática tem dado resultados significados para o país, atraindo inovação mediante a concessão de benefícios fiscais. As empresas beneficiárias do incentivo devem demonstrar os investimentos, a pesquisa e o desenvolvimento no país, como contrapartida aos benefícios. Para tanto, devem ser apresentados, de forma periódica, os relatórios que comprovam a aplicação dos recursos em desenvolvimento, que são analisados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC). O problema, segundo o dep. Carlos Bezerra, é que o MCTIC não dispõe de profissionais em número e qualificação adequados, o que atrasa a aprovação desses relatórios em até 6 anos.

O projeto já havia sido aprovado pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara, com um substitutivo de autoria do relator, dep. Cabuçu Borges (MDB-AP). O texto propõe que os relatórios de prestação de contas sejam automaticamente aprovados, após transcorridos dois anos de sua apresentação ao MCTIC, caso não tenham sido analisados.

Na CFT, o relator Izalci entendeu que o PL flexibiliza a estrutura de governança das renúncias tributárias do setor de informática, fragilizando o trabalho de fiscalização exercido pelo órgão gestor. Assim, o relator Izalci considera a medida inadequada.

O PL seguirá agora à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados (CCJC) para uma análise de mérito e constitucionalidade. Por ter recebido pareceres divergentes das Comissões, o PL será submetido ao Plenário da Câmara dos Deputados.

CÂMARA REJEITA RECURSO, E PROJETO DE LEI GERAL DAS AGÊNCIAS REGULADORAS VOLTA AO SENADO

O Plenário da Câmara dos Deputados rejeitou, na última quarta-feira (28), o recurso apresentado contra a aprovação em caráter terminativo pela Comissão Especial criada para analisar o PL nº 6.621/2016, que institui a Lei Geral das Agências Reguladoras. Com essa decisão, a matéria seguirá direto ao Senado

Federal, sem a necessidade de ser deliberada pelo Plenário da Câmara.

O projeto, originário do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 52/2013, de autoria do senador Eunício Oliveira (MDB-CE), já havia sido aprovado pela Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional (CEDN) do Senado em 2016, tendo sido submetido à Câmara em dezembro daquele ano. A proposta dispõe sobre a gestão, organização, processo decisório e controle social das agências reguladoras. Dentre as novidades trazidas pelo texto, estão a obrigatoriedade de elaboração de uma Análise de Impacto Regulatório (AIR) prévio à edição de ato normativo que seja de interesse dos agentes econômicos abrangidos pela medida, além da possibilidade de celebração de um Termo de Ajustamento de Conduta entre a agência e o agente regulado.

Em que pese alterações positivas no PL, a Comissão Especial aprovou a inserção de emenda que revoga dispositivos da Lei das Estatais (Lei nº 13.303/2016) que vedam a indicação de parentes até terceiro grau de autoridades públicas e outras pessoas que tenham atuado na estrutura decisória de partido político ou em campanha eleitoral nos últimos 36 meses para o conselho de administração e a diretoria de empresas estatais. Além disso, a Comissão também retirou vedação que constava do texto aprovado pelo Senado o qual vedava a indicação para o conselho diretor ou diretoria colegiada de agência reguladora de pessoa que tenha atuado, nos últimos 36 meses, como participante de estrutura decisória de partido político ou em trabalho vinculado a organização, estruturação e realização de campanha eleitoral.

O PL teria retornado diretamente ao Senado, não fossem recursos contra a decisão terminativa da Comissão Especial apresentados por Margarida Salomão (PT-MG), Fábio Trad (PSD-MS) e outros deputados. Como o Plenário da Casa rejeitou o recurso principal na última quarta por 202 votos contra e 119 a favor, o projeto seguirá, após a revisão textual, para o Senado deliberar, tão somente, as alterações feitas pela Câmara.

No Senado, o PLS nº 52/2013 deverá tramitar pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC). Se for aprovado por ambas as Comissões e não for apresentado recurso contra a decisão terminativa destas, o PL segue à sanção presidencial.

PL PERMITE A ALTERAÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE DE MEDICAMENTOS

Na última quarta-feira, a Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) da Câmara dos Deputados aprovou o PL nº 10.166/2018, que altera a Lei Federal de Vigilância Sanitária (Lei nº 6.360/1976) para permitir a alteração no prazo de validade de uso de medicamentos baseada em evidências científicas, nos termos do parecer do relator, dep. Odorico Monteiro (PSB-CE). Agora a matéria seguirá à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) para análise.

DETERMINAÇÕES DO CONTRAN DEVERÃO OBSERVAR O CRITÉRIO DA ANUALIDADE E SER FUNDAMENTADAS

A Comissão de Viação e Transportes (CVT) da Câmara dos Deputados aprovou, na última quarta-feira, nos termos do parecer do relator, dep. Hugo Leal (PSD-RJ), o PL nº 9.805/2018, que altera o Código Brasileiro de Trânsito para estabelecer que as

determinações do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) que impliquem em ônus adicionais aos condutores ou alterem o seu processo de formação observem o critério da anualidade, sejam acompanhadas de justificativa fundamentada e demonstrem o impacto financeiro para candidatos, órgãos ou terceiros envolvidos. A matéria será encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) para deliberação.

AGENDA DA SEMANA

SENADO FEDERAL

PLENÁRIO

04/12/2018, às 14h

PLS nº 258/2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.

Relator: sen. José Maranhão (MDB-PB)

Relatório: pela aprovação, nos termos do substitutivo.

PLS nº 392/2016, que altera a Lei do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para permitir a movimentação da conta vinculada do trabalhador no Fundo na hipótese de pedido de demissão.

Relator: sen. Paulo Paim (PT-RS)

Relatório: pela aprovação.

Fique de Olho

PLC nº 78/2018, que permite à Petrobras a transferência parcial a terceiros de áreas contratadas no regime de cessão onerosa.

Relator: não designado.

Relatório: não apresentado.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (CAE)

04/12/2018, às 10h

Audiência pública para apreciação do relatório do Grupo de Trabalho sobre redução de spreads bancários, com foco nos efeitos produzidos pelas inovações tecnológicas que induzam o aumento da competição no mercado financeiro.

PLS nº 121/2008, que proíbe as empresas de cartões de pagamento de autorizarem transações relacionadas com jogos de azar via rede mundial de computadores e dá outras providências.

Relator: sen. Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PLS nº 35/2016, que altera a Lei de Licitações para instituir o Sistema Unificado de Licitações, o qual deverá conter todas as informações referentes às licitações e contratos administrativos do país.

Relatora: sen. Simone Tebet (MDB-MS)

Relatório: pela aprovação, com emendas.

05/12/2018, às 10h

Audiência pública com o presidente do Banco Central do Brasil (BCB), Ilan Goldfajn, para discutir as diretrizes, implementação e perspectivas futuras da política monetária.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (CAS)

05/12/2018, às 9h

PLS nº 118/2011, que acrescenta artigo à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e altera a Lei de Benefícios da Previdência Social para permitir que as cotas para pessoas com deficiência possam ser preenchidas por aprendizes portadores de deficiência ou reabilitados.

Relator: sen. Paulo Paim (PT-RS)

Relatório: pela rejeição.

PLS nº 350/2016, que altera a Lei Federal de Vigilância Sanitária para obrigar que os rótulos e as bulas de medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos alertem sobre a presença de substâncias com o potencial de desencadear reações alérgicas.

Relator: sen. Eduardo Amorim (PSDB-SE)

Relatório: pela rejeição.

GLOSSÁRIO

PEC: Proposta de Emenda à Constituição

PLP: Projeto de Lei Complementar na Câmara

PL: Projeto de Lei Ordinária na Câmara

PLC: Projeto de Lei Ordinária da Câmara no Senado

PLS: Projeto de Lei Ordinária do Senado no Senado

MP: Medida Provisória

PLV: Projeto de Lei de Conversão

PRC: Projeto de Resolução da Câmara

PRS: Projeto de Resolução do Senado

PDC: Projeto de Decreto Legislativo da Câmara

PDS: Projeto de Decreto Legislativo do Senado

PFC: Proposta de Fiscalização e Controle

RCP: Requerimento de Constituição de CPI

REQ: Requerimento

VET: Veto

PLS nº 8/2018, que revoga o artigo 18 da Lei Federal de Vigilância Sanitária para eliminar como requisito para o registro no Brasil a exigência de comprovação de registro no país de origem de drogas, medicamentos e insumos farmacêuticos importados.
Relator: sen. Armando Monteiro (PTB-PE)
Relatório: pela aprovação, sem emendas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA (CCJ)
04/12/2018, às 10H

Audiência pública para celebrar o Dia Internacional de Combate à Corrupção.

05/12/2018, às 10H

PLS nº 152/2017, que altera o Código de Trânsito Brasileiro para determinar que somente poderão ser comercializados os modelos de veículos que tenham alcançado resultados mínimos em testes de impacto (crash tests).
Relator: sen. Ricardo Ferraço (PSDB-ES)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PLS nº 35/2018, que altera a Lei do Processo Administrativo Federal para estabelecer a contagem de prazos em dias úteis e sua suspensão no período de 20 de dezembro a 20 de janeiro.
Relatora: sen. Marta Suplicy (MDB-SP)
Relatório: pela aprovação, com emendas.

PLS nº 398/2018, que obriga a gravação e a manutenção, por prazo mínimo de cinco anos, do áudio das sessões deliberativas dos conselhos de administração e fiscal das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas, das sociedades de economia mista e das demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, estados, Distrito Federal e municípios.
Relatora: sen. Ana Amélia (PP-RS)
Relatório: pela aprovação, com emenda.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE (CMA)
04/12/2018, às 11H30

PLS nº 408/2012, que altera a Lei do Parcelamento do Solo Urbano (Lei nº 6.766/1979) para alargar a faixa não edificável ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias.
Relator: sen. Valdir Raupp (MDB-RO)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PLENÁRIO
04/12/2018, às 16H

PL nº 2.724/2015, que eleva para 49% (quarenta e

COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA A REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (CCC)
04/12/2018, às 14H30

Reunião para deliberação do relatório apresentado pelo relator, sen. Pedro Chaves (PRB-MS), ao PLS nº 487/2013, que dispõe sobre a reforma do Código Comercial. O relatório é pela aprovação do PLS nº 487/2013, nos termos do substitutivo que integra o relatório.

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA (CI)
04/12/2018, às 9H

Audiência pública para debater o tema: "Reavaliação do projeto da Ferrovia Nova Transnordestina: viabilidade e fontes de financiamento".

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA (CRA)
04/12/2018, às 11H

PLC nº 88/2014, que altera a Lei do Sistema Nacional de Sementes e Mudas (Lei nº 10.711/2003) para isentar as cultivares de plantas e flores ornamentais de domínio público da obrigatoriedade de inscrição no Registro Nacional de Cultivares (RNC).
Relator: sen. Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Relatório: pela aprovação, com emenda.

PLS nº 117/2018, que altera a Lei nº 12.865/2013, que, entre outros pontos, altera a incidência do PIS/PASEP e da COFINS na cadeia de produção e comercialização da soja e de seus subprodutos, para estender ao farelo e ao óleo de milho o mesmo tratamento tributário concedido à soja.
Relator: sen. Wellington Fagundes (PR-MT)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PLS nº 404/2018, que altera a Lei de Proteção de Cultivares (Lei nº 9.456/2017) para determinar que a proteção da cultivar vigorará, a partir da data da concessão do Certificado Provisório de Proteção, pelo prazo de vinte anos, excetuadas as videiras, as árvores frutíferas, as árvores florestais, as árvores ornamentais e a cana-de-açúcar, para os quais o prazo será de vinte e cinco anos.
Relator: sen. Cidinho Santos (PR-MT)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

nove por cento) o limite da participação do capital estrangeiro com direito a voto nas empresas de transporte aéreo.
Relator: dep. Paulo Azi (DEM-BA)
Relatório: pela aprovação, na forma do substitutivo.

PL nº 10.160/2018, que altera a MP nº 2.199-14/2001 para fixar novo prazo para a aprovação de projetos beneficiados com incentivos fiscais de redução e reinvestimento do imposto sobre a renda e adicionais nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

Relatora: dep. Marinha Raupp (MDB-RO)

Relatório: pela aprovação.

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL (CAPADR)

05/12/2018, às 10h

PL nº 6.325/2016, que altera a Lei da Política Agrícola (Lei nº 8.171/1991) para incluir o incentivo, por intermédio de linhas de crédito especiais, à aquisição de equipamentos que utilizem a energia solar, energia eólica ou biomassa, para a produção de energia sustentável.

Relator: dep. Marcon (PT-RS)

Relatório: pela aprovação.

PL nº 9.407/2017, que altera a Lei nº 9.973/2000, a qual dispõe sobre o sistema de armazenagem de produtos agropecuários, para determinar que o depositário desses produtos não poderá usá-los ou dispor deles sem a autorização do depositante, não sendo aplicadas a esses produtos as regras do mútuo.

Relator: dep. Heuler Cruvinel (PP-GO)

Relatório: pela aprovação, com emenda.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)

04/12/2018, às 14h30

PL nº 5.237/2016, que altera a destinação do resultado, produto ou valor proveniente da decretação da perda, em favor da União, de bens, direitos e valores relacionados, direta ou indiretamente, à prática de crimes contra a Administração Pública e daqueles previstos na Lei de Lavagem de Dinheiro.

Relator: dep. Celso Maldaner (MDB-SC)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (CDC)

05/12/2018, às 9h30

PL nº 7.477/2014, que propõe regular a relação contratual de distribuição entre fornecedores e distribuidores de produtos industrializados, à exceção dos veículos automotores, disciplinados por legislação própria.

Relator: dep. Cabo Sabino (AVANTE-CE)

Relatório: pela aprovação, com emendas.

PL nº 9.074/2017, que busca assegurar ao

consumidor o direito de realizar revisões em seu veículo automotor fora das oficinas credenciadas ou autorizadas pelo fabricante, sem que isso se traduza na perda da garantia contratual.

Relator: dep. Betinho Gomes (PSDB-PE)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (CPD)

05/12/2018, às 13h

PL nº 10.425/2018, que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Importação (II) sobre produtos de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência.

Relatora: dep. Mara Gabrilli (PSDB-SP)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS (CDEICS)

05/12/2018, às 9h30

PL nº 6.727/2016, que institui a obrigatoriedade da indústria automobilística beneficiária de incentivo fiscal e/ou programa de financiamento, e que realize a contratação de pessoas jurídicas ou físicas para a prestação do serviço de transporte de veículos automotores novos, de manter reserva mínima de 50% (cinquenta por cento) do volume total de veículos produzidos anualmente, para que sejam transportados por Empresa de Transporte de Cargas (ETC) ou Transportador Autônomo de Cargas (TAC), com domicílio fiscal na unidade federativa concedente do benefício fiscal, e dá outras providências.

Relator: dep. Giuseppe Vecci (PSDB-GO)

Relatório: pela rejeição.

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (CFT)

05/12/2018, às 10h

PL nº 2.458/2015, que dispõe sobre mecanismos de prevenção contra fraudes envolvendo o uso indevido de nomes empresariais, marcas e outros sinais distintivos de instituições financeiras.

Relator: dep. Marco Antônio Cabral (MDB-RJ)

Relatório: pela aprovação.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO (CSPCCO)

05/12/2018, às 11h

PL nº 3.154/2015, que determina que os estacionamento de estabelecimentos comerciais tenham vigilantes, sob pena de multa ou até mesmo interdição.

Relator: dep. Lincoln Diniz Portela (PR-MG)

Relatório: pela aprovação.

PL nº 8.226/2017, que altera o Código Penal para tipificar o crime de extorsão praticado contra empresas e comerciantes.

Relator: dep. Ronaldo Martins (PRB-CE)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PL nº 8.274/2017, que altera a Lei de Segurança para Estabelecimentos Financeiros para obrigar tais estabelecimentos a manterem circuito fechado de televisão que atenda aos requisitos mínimos estabelecidos pelo Departamento de Polícia Federal, devendo as imagens ser armazenadas por, pelo menos, 60 dias.

Relator: dep. Vinicius Carvalho (PRB-SP)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 1.292/1995 – NOVA LEI DE LICITAÇÕES

04/12/2018, às 15H30

Discussão e votação do parecer do relator, dep. João Arruda (MDB-PR).

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA (CSSF)

04/12/2018, às 14H

PLP nº 439/2017, que altera a Lei Complementar nº 109/2001, que dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar, para disciplinar o processo de equacionamento de planos de previdência complementar deficitários.

Relator: dep. Odorico Monteiro (PSB-CE)

Relatório: pela aprovação.

PL nº 2.121/2011, que dispõe sobre o descarte de medicamentos vencidos ou impróprios para o consumo nas farmácias e drogarias.

Relator: dep. Sinval Malheiros (PODE-SP)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PL nº 2.797/2015, que reduz a zero as alíquotas da COFINS e do PIS/PASEP incidentes na importação e na venda no mercado interno de alimentos industrializados voltados para portadores de doença celíaca, de intolerância à lactose e de alergia à proteína do leite de vaca, bem como isenta esses produtos do IPI.

Relator: dep. Sinval Malheiros (PODE-SP)

Relatório: pela aprovação.

PL nº 4.798/2016, que altera a Lei nº 12.154/2009, que cria a Superintendência Nacional de Previdência

Complementar (PREVIC), entre outros pontos, para introduzir parâmetros adicionais de controle e de transparência nas atividades de supervisão e normatização das entidades fechadas de previdência complementar.

Relator: dep. Marcus Pestana (PSDB-MG)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

06/12/2018, às 10H

Audiência Pública sobre o tema "Pesquisa Clínica com Seres Humanos e Instituição do Sistema Nacional de Ética em Pesquisa Clínica com Seres Humanos".

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CTASP)

05/12/2018, às 10H

PL nº 7.300/2017, que regulamenta o monitoramento de trabalhadores por meio de equipamentos de filmagem.

Relatora: dep. Flávia Morais (PDT-GO)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PL nº 5.761/2016, que institui o Banco Nacional de Preços de Bens e Serviços (BNP) com o objetivo de fixar os preços máximos para a contratação de serviços e a aquisição de bens, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, fundos especiais, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas, direta ou indiretamente, pela União, além do Poder Legislativo e Judiciário.

Relator: dep. Rogério Marinho (PSDB-RN)

Relatório: pela aprovação, com emenda.

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES (CVT)

05/12/2018, às 10H30

PL nº 6.468/2016, que regula a importação de veículos automotores usados.

Relator: dep. Roberto Sales (DEM-RJ)

Relatório: pela aprovação, com emenda.

COMISSÃO ESPECIAL DA POLÍTICA NACIONAL REDUÇÃO AGROTÓXICOS

04/12/2018, às 14H30

Reunião para discussão e votação do parecer do relator, dep. Nilto Tatto (PT-SP), ao PL nº 6.670/2016, que institui a Política Nacional de Redução de Agrotóxicos.